

RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.365 - PR (2016/0084245-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AUTO POSTO MONACO DE MANDAGUACU LTDA - EPP
ADVOGADO : EVANDRO BUENO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR040760
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : TADEU CERBARO - PR047047
ELÓI CONTINI - PR053322
LOUISE CAMARGO DE SOUZA - PR049191
MARCELO VARGAS DA ROSA E OUTRO(S) - PR065993

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AUTO POSTO MONACO DE MANDAGUACU LTDA - EPP, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (SEGUNDA FASE) - SENTENÇA QUE CONSIDERA AS CONTAS BOAS, MAS NÃO SE PRONUNCIA A RESPEITO DA LEGALIDADE DOS LANÇAMENTOS EFETUADOS PELO BANCO APELADO - ALEGAÇÃO DE CUMULAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - INOCORRÊNCIA - POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO ACERCA DA REGULARIDADE DOS VALORES COBRADOS PELO BANCO QUANDO O FUNDAMENTO DA IMPUGNAÇÃO RESIDE NA COBRANÇA DE ENCARGOS NÃO PREVISTOS NO CONTRATO - CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO - INTELIGÊNCIA DO ART. 515 §32 CPC - PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVE SER APRESENTADA EM FORMA MERCANTIL - PERÍCIA CONTÁBIL DO JUIZO QUE CONCLUI QUE OS CONTRATOS FORAM APRESENTADOS DE FORMA INCOMPLETA E NAO ABRANGENDO TODO O PERÍODO DO RELACIONAMENTO BANCÁRIO - VIOLAÇÃO DO ART. 917 DO CPC - SENTENÇA ALTERADA PARA CONSIDERAR AS CONTAS INSATISFATÓRIAS JUROS REMUNERATÓRIOS E CAPITALIZAÇÃO MENSAL NÃO PREVISTOS EM TODOS OS CONTRATOS - COBRANÇA DE JUROS E CAPITALIZAÇÃO AFASTADA NOS PERÍODOS EM QUE NÃO HOUVE PRÉVIA E EXPRESSA PACTUAÇÃO PELAS PARTES NECESSIDADE DE EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL PARA JUSTIFICAR A COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS, CONFORME PREVISTO NO ARTS, 42, 62, III E 46 CDC e ART. 104 CC - COBRANÇA DE TARIFAS AFASTADA

NAS HIPÓTESES EM QUE NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO - DECADÊNCIA DO ART. 26 DO CDC RECONHECIDA NO ACÓRDÃO PROFERIDO NA APELAÇÃO DA SENTENÇA DA PRIMEIRA FASE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS - DECADÊNCIA APENAS SOBRE AS TARIFAS BANCÁRIAS - ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO - IMPOSSIBILIDADE DE NOVO JULGAMENTO A RESPEITO DA DECADÊNCIA - PRECLUSÃO DO MATÉRIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA NECESSÁRIO PELA PROCEDÊNCIA DAS TESES RECURSAIS - CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS INVERTIDA APENAS EM DESFAVOR DO BANCO APELADO - VALOR DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS EM PERCENTAGEM SOBRE O VALOR DA CAUSA - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO EM RAZÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS POSSUIR VALOR DA CAUSA INESTIMÁVEL - HONORÁRIOS MODIFICADOS PARA O VALOR DE R\$ 1.500,00 - SENTENÇA MODIFICADA - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO." (e-STJ, fl. 997/999)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 1036/1053).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 352 do Código Civil c/c art. 355 e 423 do Código Civil, e art. 47 do Código de Defesa do Consumidor, e divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que ante a sua impossibilidade de, ao efetuar o depósito de valor em conta corrente, indicar sobre qual dos débitos de mesma natureza (pecúnia) oferece o pagamento, há de se aplicar a interpretação que lhe é mais favorável, por ser consumidor/aderente, qual seja, a de que a imputação deve ocorrer sobre o capital, por ser mais oneroso, e não sobre os juros vencidos.

Alega, ainda, que o egrégio Tribunal, ao negar provimento aos embargos de declaração opostos, deixando de se manifestar sobre os dispositivos legais expressamente mencionados pela parte Recorrente, negou vigência ao art. 535 do CPC/73.

Apresentadas contrarrazões às fls. 1122/1125 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado

individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que não seria aplicável ao caso da conta corrente a regra da imputação do pagamento prevista no art. 354 do CC, concluiu que a aplicação do dispositivo não contraria o disposto nos arts. 355 e 423 do CC, nem no art. 47 do CDC, pois a incidência do pagamento primeiramente nos juros e depois no capital não caracteriza, por si só, qualquer violação aos direitos do consumidor e nem às regras de interpretação de contrato, *in verbis*:

"O acórdão foi claro e expresso ao determinar a incidência do art. 354 do CC.

O Código Civil, por ser lei geral, somente pode ser aplicado às relações de consumo subsidiariamente, ou seja, quando não contrariar o Código de Defesa do Consumidor.

Dessa forma, considerando ainda que o próprio embargante mencionou em seu recurso, que o contrato de cheque especial não possibilita ao correntista a indicação da obrigação que deve ser solvida primeiro (o principal ou os juros), deve-se aplicar o art. 354 do CC, por ser uma regra geral de imputação de pagamento, uma vez que não existe norma específica no CDC a este respeito.

Além do mais, a aplicação do art. 354 do CC, não contraria o disposto nos arts. 355 e 423 do CC, nem no art. 47 do CDC, pois a incidência do pagamento primeiramente nos juros e depois no capital não caracteriza, por si só, qualquer violação aos direitos do consumidor e nem às regras de interpretação de contrato.

(...)

Afastar a regra do art. 354 CC/02 a todas as relações de consumo, é se afastar da interpretação sistemática e literal que deve reger a atividade judicante.

Conforme decidido pelo Exmo. Juiz Substituto Gil Francisco de Paula Xavier F. Guerra (AP nº 920362-9), não pode o julgador atuar como legislador positivo, conjugando partes benéficas de leis distintas, sem a utilização de critérios técnicos ou lógica razoável que assim o autorizem, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica. " (e-STJ, fls.1041/1043)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, que admite a utilização do instituto da imputação do pagamento quando o contrato não dispuser expressamente em contrário, uma vez que tal metodologia favorece o devedor, inclusive no caso de abertura de conta corrente, senão vejamos:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE E ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (CHEQUE ESPECIAL). IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. REEXAME DE PROVAS. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O Tribunal de origem dirimiu de modo fundamentado e claro a controvérsia. O acórdão recorrido não é omissivo, obscuro ou contraditório, nem contém erro material. Rejeita-se a alegação de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

2. A imputação do pagamento primeiramente nos juros é instituto que, via de regra, alcança os contratos em que o pagamento é diferido em parcelas. Objetiva diminuir a oneração do devedor. Ao impedir que os juros sejam integrados ao capital para, só depois dessa integração, ser abatido o valor das prestações, evita que sobre eles (juros) incida novo cômputo de juros. É admitida a utilização do instituto quando o contrato não disponha expressamente em contrário. Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1735450/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 DO CC/2002. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Capitalização de juros, juridicamente, corresponde ao fenômeno de inserir no capital principal os juros apurados no período anterior para, em seguida, fazer incidir novos juros relativos ao período subsequente. Precedentes.

2. A imputação do pagamento é instituto jurídico por meio do qual se mantêm destacados os montantes relativos ao capital principal e juros no momento do pagamento, fazendo-se a dedução primeiramente nos juros e, só após o seu integral pagamento, amortizando o capital principal.

Superior Tribunal de Justiça

3. Trata-se de institutos jurídicos distintos e independentes, que podem ser cumulados quando contratualmente prevista a capitalização dos juros.

4. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fato e prova coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1648118/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator